

Safra Leasing SA - Arrendamento Mercantil

Avenida Brasil, 78 - Poá - SP

CNPJ nº 62.063.177/0001-94

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Safra Leasing) relativos aos períodos findos em 30 de junho de 2016.

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

A economia brasileira no segundo trimestre de 2016 permaneceu enfraquecida. O PIB contraiu 0,3% no primeiro trimestre e o mercado de trabalho continuou se deteriorando, com a taxa de desemprego alcançando 11,3% em junho. A inflação seguiu em processo de desaceleração, com o acumulado em doze meses cedendo de 9,4% ao final de março para 8,8% no final de junho de 2016. Esse movimento se deve tanto à decompressão dos preços administrados, depois de forte ajuste sofrido no ano passado, quanto à queda no ritmo da atividade econômica, que se reflete na redução dos reajustes de preços de serviços, e quanto à apreciação do câmbio

BALANÇOS PATRIMONIAIS				
ATIVO				
(em milhares de reais)				
	Notas	30.06.2016	30.06.2015	
CIRCULANTE		16.018.673	15.029.591	
Disponibilidades	3(b) e 4	3.913	4.233	
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros	3(c) e 5	11.973.662	10.381.748	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	4.028.311	4.594.958	
Carteira própria	3(d) e 6	4.025.163	4.593.310	
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	3.148	1.648	
Operações de arrendamento mercantil	3(f) e 7	(6.599)	31.570	
Operações de arrendamento a receber		383.562	286.885	
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(357.698)	(245.741)	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(32.463)	(9.574)	
Outros créditos - Diversos	8	18.390	16.066	
Outros valores e bens - Despesas antecipadas		996	1.016	
NÃO CIRCULANTE		3.603.791	3.719.129	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.009.497	1.644.062	
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicações em depósitos interfinanceiros	3(c) e 5	50.583	10.830	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	900.603	1.550.032	
Carteira própria	3(d) e 6	899.172	1.545.576	
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	1.431	4.456	
Operações de arrendamento mercantil	3(f) e 7	(6.963)	42.110	
Operações de arrendamento a receber		404.686	382.679	
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(377.398)	(327.798)	
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(34.251)	(12.771)	
Outros créditos - Diversos	8	65.274	39.580	
Outros valores e bens - Bens não de uso	3(f)	-	1.510	
INVESTIMENTOS - Participações em coligadas no país	3(g)	5	4	
IMOBILIZADO DE USO - Outras imobilizações de uso	3(h)	45	63	
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	3(f-II) e 7	2.594.244	2.075.000	
Bens arrendados		2.993.078	2.431.006	
(Depreciações acumuladas)		(398.834)	(356.006)	
TOTAL DO ATIVO		19.622.464	18.748.720	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO - NOTA 12				
(em milhares de reais)				
	Capital realizado	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDO S EM 1º DE JANEIRO DE 2015	384.205	569.886	-	954.091
Lucro líquido no período	-	-	46.732	46.732
Destinações:				
Reserva especial	-	46.732	(46.732)	-
Dividendos	-	(492.842)	-	(492.842)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	384.205	123.776	-	507.981
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2016	384.205	155.079	-	539.284
Lucro líquido no período	-	-	29.779	29.779
Destinações:				
Reserva especial	-	29.779	(29.779)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	384.205	184.858	-	569.063

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia") é uma sociedade anônima aberta, que tem como objetivo social a prática de operações de arrendamento mercantil. A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como companhia aberta para negociação de títulos valores mobiliária de sua emissão no mercado de balcão organizado (Categoria B nos termos da Instrução CVM nº 480/2009).

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28.07.2016, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que forem aplicáveis. **b) Moeda funcional da Companhia -** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Auração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. **b) Fluxos de Caixa -** I - Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo - operações compromissadas com lastro em títulos públicos e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II - Demonstração dos fluxos de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa divididos pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Quando que: • Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento. Inclui as captações efetuadas para financiar operações de intermediação financeira e outras atividades operacionais típicas de instituições financeiras; • Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa, tais como as aplicações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento; e • Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos realizados. As operações de arrendamento mercantil são consideradas pelo método do valor presente financeiro. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez -** Demonsttrações pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata temporis". **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos -** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: • Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("acrescidos") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e • Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Safra, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Companhia para administrar a exposição global de risco são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **e) Mensuração do valor de mercado -** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A mensuração de valor de mercado está de acordo com a Resolução CMN nº 4.277/2013, quanto aos requisitos mínimos a serem observados no processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. **f) Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de liquidação duvidosa -** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados sob o amparo da Portaria MF nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: I - Arrendamentos a Receber e Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil. Arrendamentos a receber refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. II - Imobilizado de Arrendamento. É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: (i) veículos e bens - 20%; (ii) máquinas e equipamentos e outros bens - 10%; e (iii) aeronaves - 10% a 20%, sendo que 10% para aviões e 20% para helicópteros. Os custos de manutenção executivo e 20% avião convencional, bimotor, monomotor e multimotor. III - Valor residual garantido - VRG. O VRG é registrado pelo valor contratual, em contrapartida a conta retificadora de valor residual a balancear. As parcelas de VRG recebidas antecipadamente são registradas na rubrica Outras obrigações - Credores por antecipação de valor residual - VRG. IV - Perdas em Arrendamentos. Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados, quando efetuados aos próprios arrendatários, são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens, deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento. V - Superveniência (insuficiência) de depreciação. Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumários nos itens "II" e "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/1989, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil. VI - Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa. Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "pro rata temporis" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco. As operações classificadas como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em cores de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança. Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de arrendamento baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de perdas prováveis quanto a sua realização, como a existência dos diversos fatores que impossibilitam a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor de mercado, entre outros. O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso são apresentados na despesa de baixa a prejuízo da operação de arrendamento atrelada. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As negociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes indicarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa - PDD é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e também fundamentada na análise quanto ao risco de não realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras. Além disso,

ocorrida desde o início do ano. Neste cenário, o Banco Central (BC) manteve a Selic em 14,25%, cauteloso, dado o balanço de riscos para inflação, que considera ainda elevado o grau de incertezas tanto para o cenário doméstico quanto para o externo.

2. ATIVOS, PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os ativos da Safra Leasing totalizaram R\$ 19,6 bilhões em 30 de junho de 2016, representados basicamente por aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil. A carteira de arrendamento mercantil a valor presente atingiu R\$ 1,3 bilhão ao final de junho de 2016. O funding das operações era composto por debêntures simples, não conversíveis, no montante de R\$ 17,4 bilhões em 30 de junho de 2016, com vencimento até 2037. O Patrimônio Líquido da Safra Leasing atingiu R\$ 569 milhões em 30 de junho de 2016.

PASSIVO				
(em milhares de reais)				
	Notas	30.06.2016	30.06.2015	
CIRCULANTE		689.801	443.527	
Obrigações por repasses no país - FINAME	3(k) e 9	7.398	11.845	
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	129	63	
Outras obrigações		682.274	431.619	
Fiscais e previdenciárias	3 (l) e 11(d)	4.079	11.611	
Credores por antecipação de valor residual - VRG	3(f-III) e 7(a)	666.258	412.217	
Diversas		11.937	7.791	
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		18.363.600	17.797.212	
Recursos de aceites e emissão de títulos - Obrigações por emissão de debêntures	3(k) e 9	17.421.685	17.037.058	
Obrigações por repasses no país - FINAME	3(k) e 9	6.706	14.058	
Instrumentos financeiros derivativos	3(d) e 6	2.389	184	
Outras obrigações		932.820	745.912	
Fiscais e previdenciárias	3 (l) e 11(d)	213.000	184.305	
Credores por antecipação de valor residual - VRG	3(f-III) e 7(a)	702.952	549.860	
Diversas	10(c-I)	16.868	11.747	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	569.063	507.981	
Capital social		384.205	384.205	
Reservas de lucros		184.858	123.776	
TOTAL DO PASSIVO		19.622.464	18.748.720	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO			
(em milhares de reais)			
	2016	2015	
Receitas	1.544.574	1.392.426	
Intermediação financeira	1.576.451	1.387.478	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	1.519	4.087	
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(34.303)	(1.882)	
Outras receitas operacionais	907	2.743	
Despesas	(1.480.236)	(1.312.885)	
Intermediação financeira	(1.474.883)	(1.308.912)	
Outras despesas operacionais	(5.353)	(3.973)	
Despesas de insumos adquiridos	(5.555)	(7.666)	
Valor adicionado bruto	58.783	71.875	
Retenções - Depreciações e amortizações	(7)	(3)	
Valor adicionado líquido produzido	58.776	71.872	
Valor adicionado líquido a distribuir	58.776	71.872	
Distribuição do valor adicionado	58.776	71.872	
Pessoal	2.669	3.268	
Remuneração	2.012	2.375	
Outros	657	893	
Impostos, Taxas e Contribuições	26.082	21.650	
Federais	22.305	21.198	
Estaduais	-	34	
Municipais	3.777	418	
Remuneração de capital de terceiros - Aluguéis	246	222	
Remuneração de capital próprio - Lucro retido do período	29.779	46.732	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM 381

A política de atuação da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No período de janeiro a junho de 2016, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

Aprovado pelo CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Poá, 28 de julho de 2016.			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO			
(em milhares de reais)			
	Notas	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.576.451	1.387.478
Operações de arrendamento mercantil		475.118	297.243
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.107.714	1.088.169
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(8.861)	1.241
Outras receitas financeiras		2.480	825
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(1.474.883)	(1.308.912)
Operações de captação no mercado		(1.115.753)	(1.081.075)
Operações de empréstimos e repasses		(258)	(397)
Operações de arrendamento mercantil		(356.771)	(225.730)
Outras despesas financeiras	10 (c-I e II)	(2.101)	(1.710)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		101.568	78.566
ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(34.303)	(1.882)
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		(43.231)	(8.863)
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7(c)		
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	7(d)	6.928	6.981
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		67.265	76.684
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(20.276)	(13.418)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		1.519	4.087
Despesas de pessoal		(3.103)	(3.777)
Despesas administrativas		(5.808)	(7.891)
Despesas tributárias	11(a-II)	(8.438)	(4.607)
Outras receitas operacionais	10(a) e (c-I e II)	907	2.743
Outras despesas operacionais	10(c-II)	(5.353)	(3.973)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		46.989	63.266
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(m) e 11(a-I)	(17.210)	(16.534)
LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO ABRANGENTE		29.779	46.732
Lucro por ação - R\$		0,21	0,33

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO			
	Notas	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		(11.490)	(129.136)
Lucro líquido dos períodos		29.779	46.732
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações		7	6
Provisões de risco de crédito	7(c)	30.237	3.934
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		43.231	8.863
Baixas a prejuízo		(12.994)	(2.199)
Provisões para contingências civis e trabalhistas	10(c-I)	4.309	1.271
Provisões para contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais	10(c-II)	87	3.127
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a-I)	17.210	16.534
Receitas/despesas financeiras sobre ativos de investimento		(65.006)	(124.389)
Disponíveis para venda		(65.006)	(123.440)
Mantidos até o vencimento		-	(949)
Impostos pagos		(28.113)	(79.078)
Corrente		(25.742)	(78.077)
Contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais	10(c-II)	(2.371)	(1.001)
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES		(3.713.973)	(4.078.675)
Em aplicações interfinanceiras de liquidez		(396.249)	398.357
Em títulos e valores mobiliários - para negociação		(2.392.676)	338.228
Em instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)		9.475	(1.574)
Em operações de arrendamento mercantil		188.552	(386.692)
Em outros créditos e outros valores e bens		(7.942)	12.562
Em recursos de aceites e emissão de títulos		(1.126.955)	(4.453.451)
Em obrigações por empréstimos e repasses		(5.403)	(8.862)
Em outras operações		17.228	22.887
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(3.725.463)	(4.207.811)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Títulos disponíveis para venda		(60.252)	(375.096)
Aquisições		(817.460)	(597.474)
Vendas/Resgates		577.208	222.378
Títulos mantidos até o vencimento - Resgates		-	55.941
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(60.252)	(319.155)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos		(78)	(493.052)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(78)	(493.052)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(3.785.793)	(5.020.018)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		7.160.870	14.267.767
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	3.375.077	9.247.749
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(3.785.793)	(5.020.018)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

(continuação)

Safra Leasing SA - Arrendamento Mercantil

Avenida Brasil, 78 - Poá - SP

CNPJ nº 62.063.177/0001-94

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016

(em milhares de reais)

b) Distribuição da carteira de crédito por nível de risco e provisão:

Níveis de risco	30.06.2016										30.06.2015	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	Total
Finame Arrendamento	11.814	1.190	572	151	-	-	-	-	427	14.154	25.892	
Arrendamento Mercantil	840.814	280.666	39.633	30.742	12.499	2.591	23.659	2.709	30.719	1.264.032	1.183.056	
Total da carteira em 30.06.2016	852.628	281.856	40.205	30.893	12.499	2.591	23.659	2.709	31.146	1.278.186	1.208.948	
Provisão em 30.06.2016	(4.178)	(2.790)	(1.202)	(3.088)	(3.748)	(1.295)	(16.559)	(2.708)	(31.146)	(66.714)	(22.345)	
Total da carteira em 30.06.2015	936.948	198.891	41.446	12.658	922	633	567	179	16.704	1.208.948		
Provisão em 30.06.2015	-	(1.969)	(1.239)	(1.265)	(276)	(316)	(397)	(179)	(16.704)	(22.345)		

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30.06.2016	30.06.2015
Saldo no início do período	(36.477)	(15.681)
Constituição de provisão	(43.231)	(8.863)
Mínima Requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999)	(40.195)	(8.601)
Adicional	(3.036)	(262)
Baixas a prejuízo	12.994	2.199
Saldo no final do período	(66.714)	(22.345)
Provisão mínima requerida (Resolução CMN nº 2.682/1999)	(50.614)	(19.183)
Provisão adicional	(16.100)	(3.162)

d) Operações renegociadas e recuperação de arrendamento mercantil - As operações renegociadas totalizam R\$ 490 (R\$ 576 em 30.06.2015), cuja provisão monta R\$ (490) (R\$ (423 em 30.06.2015). As recuperações de arrendamento mercantil no período foram de R\$ 8.928 (R\$ 6.981 em 2015).

e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações:

	30.06.2016	30.06.2015
CURSO ANORMAL ⁽¹⁾	61.456	20.040
Operações Vencidas:		
De 15 a 30 dias	16.881	6.320
De 31 a 60 dias	17.692	4.960
De 61 a 90 dias	10.879	6.866
De 91 a 180 dias	10.071	4.586
De 181 a 365 dias	9.933	3.488
CURSO NORMAL ⁽²⁾	1.216.730	1.188.908
Parcelas Vencidas - Vencidos até 14 dias	2.228	1.639
Parcelas Vencidas:		
De 01 a 30 dias	60.635	43.515
De 31 a 60 dias	52.126	42.014
De 61 a 90 dias	51.523	42.269
De 91 a 180 dias	154.019	126.786
De 181 a 365 dias	268.809	241.037
Acima de 365 dias	629.390	691.648
TOTAL	1.278.186	1.208.948

⁽¹⁾ Curso Anormal - Operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias. ⁽²⁾ Curso Normal - Operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias. O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas ("Non Accrual"), montam em R\$ 26.883 (R\$ 8.754 em 30.06.2015).

f) Distribuição da carteira por ramo de atividade:

	30.06.2016	30.06.2015
Sector Privado:		
Rural	3.888	3.476
Indústria	98.746	126.036
Comércio	142.597	158.331
Outros Serviços	579.536	563.460
Pessoas Físicas	381.203	274.121
Habitação	72.216	83.524
Total	1.278.186	1.208.948

8 - OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	30.06.2016	30.06.2015
Créditos tributários - Nota 11(b-I)	40.839	20.468
Devedores por depósito em garantia de contingências	24.435	19.112
Fiscais e previdenciárias e obrigações legais	15.714	13.726
Cíveis e trabalhistas - Nota 10(c-I)	8.721	5.386
Impostos a compensar	17.658	14.924
Outros	732	1.142
Total	83.664	55.646

9 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30.06.2016	30.06.2015
Até 90 dias	-	-
De 91 a 365 dias	17.421.685	17.421.685
Acima de 365 dias	13.874.176	10.037.058
Total	31.295.861	27.458.743
Repasses no país - FINAME	2.274	5.124
Repasses no exterior	2.274	5.124
Total em 30.06.2016	3.548	10.248
Total em 30.06.2015	3.325	8.520

(a) Recursos de aceites e emissões de títulos:

Dados		Saldo contábil		Indexador
Emissão	Vencimento	30.06.2016	30.06.2015	
2005	2035	4.878	16.250.779	100% do CDI
2007	2036	113	301.431	100% do CDI
2007	2037	131	331.539	100% do CDI
2007	2037	218	537.936	102% do CDI
Total ⁽¹⁾	5.340	17.421.685	17.037.058	

⁽¹⁾ Em 30.06.2016, do montante total emitido, R\$ 11.904.544 (R\$ 8.644.437 em 30.06.2015) encontra-se em carteira.

10 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente. b) Passivos Contingentes - São quantificados conforme segue: I - Ações Cíveis. As ações cíveis são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial, sendo classificadas como massificadas, quando relacionadas a causas semelhantes e de valor não relevante, ou como especiais, quando há alguma peculiaridade na ação recepcionada, seja decorrente da relevância do valor envolvido ou, ainda, de matéria com importância institucional ou diversa das ações recepcionadas ordinariamente. A provisão constituída sobre as ações massificadas é calculada mensalmente com base no custo médio histórico de pagamentos das ações encerradas nos últimos 12 meses, considerando também a média dos honorários pagos no mesmo período e causas encerradas por êxito. Este custo médio é atualizado trimestralmente, e multiplicado pela quantidade de ações em aberto na carteira no último dia útil do mês. As ações

especiais são avaliadas individualmente quanto à probabilidade de perda, sendo revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e/ou na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração e dos advogados internos. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável. II - Ações Trabalhistas. Buscam o pagamento de pretensões direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional, em especial horas extras. As ações trabalhistas são avaliadas quando do recebimento da notificação judicial, sendo classificadas como avaliadas tecnicamente. As ações são avaliadas individualmente quanto à probabilidade de perda, sendo revisadas periodicamente e quantificadas com base na fase processual, nas provas apresentadas e na jurisprudência de acordo com a avaliação da Administração e dos advogados internos. A provisão é constituída quando a probabilidade de perda é considerada provável, reajustada por uma regressão não linear entre a avaliação técnica e os pagamentos efetuados historicamente dos últimos dois anos. Esta regressão é recalculada semestralmente. As ações com mais de 4 anos e que não possuem depósito judicial ou títulos públicos atrelados são provisionadas em 100% e atualizadas monetariamente. A provisão decorrente de avaliação técnica é reajustada pelos valores de depósitos judiciais. Provisiona-se o valor integral dos depósitos em espécie e 85% do valor dos depósitos em títulos públicos e a partir de Abril/2016, se houver depósito de título dado em garantia com excedente de 30%, será provisionado 65% do valor total dos depósitos. III - Ações Fiscais e Previdenciárias. Representadas, principalmente, por processos administrativos e judiciais relacionados a tributos municipais e federais. Quantificadas individualmente quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base no valor de autuação e atualizados mensalmente. A provisão é constituída pelo valor integral para os processos classificados como risco de perda provável. c) As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas: I. Cíveis e trabalhistas.

	01.01 a 30.06.2016		01.01 a 30.06.2015	
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldo no início do período	11.424	1.135	12.559	10.476
Atualização / Encargos ⁽¹⁾	494	-	494	350
Movimentação do período Refletida no Resultado ⁽²⁾	5.013	176	5.189	2.111
Constituição / (Reversão)	5.148	176	5.324	2.237
Reversão por êxito	(135)	(135)	(270)	(125)
Pagamento	(1.259)	(115)	(1.374)	(1.190)
Saldo no final do período em 30.06.2016 ⁽³⁾	15.672	1.196	16.868	11.747
Depósitos em Garantia de Recursos em 30.06.2016 ⁽⁴⁾	7.636	1.085	8.721	5.386
⁽¹⁾ Registrado em "Outras despesas financeiras". ⁽²⁾ Cíveis registradas em "Outras despesas operacionais". ⁽³⁾ Registrado em "Outras obrigações diversas". ⁽⁴⁾ Registrado em "Outros créditos diversos" - Nota 8. Em 30.06.2016, o valor dos passivos contingentes classificados como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecido, é de R\$ 2.812 (R\$ 342 em 30.06.2015). Não há passivos contingentes trabalhistas classificados como perda possível. II. Contingências Fiscais e Previdenciárias				

	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Saldo no início do período	24.312	22.744
Atualização / Encargos ⁽¹⁾	994	921
Movimentação do período Refletida no Resultado ⁽²⁾	(907)	2.206
Constituição	139	2.206
Reversão ⁽³⁾	(1.046)	-
Pagamento	(2.371)	(1.001)
Saldo no final do período em 30.06.2016 - Nota 11(d)	22.028	24.870
⁽¹⁾ Registrado em "Outras despesas financeiras". ⁽²⁾ Em 2016, registrado em "Outras receitas operacionais". Em 2015 em "Outras despesas operacionais". ⁽³⁾ Em 2016, representada substancialmente pela reversão da contingência de IPVA. As principais ações Fiscais e Previdenciárias são IPVA Leasing e ISS.		

11 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

	2016	2015
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	46.989	63.266
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes - Nota 3(I)	(21.145)	(25.306)
(Inclusões) Excluídas Permanentes	3.935	8.772
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(585)	3.024
Crédito tributário de períodos anteriores e outros	4.520	5.748
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(17.210)	(16.534)

II. Composição das despesas tributárias. Estão compostas substancialmente por PIS/COFINS no montante de R\$ (4.661) (R\$ (4.155) em 2015) e ISS no montante de R\$ (3.726) (R\$ (392) em 2015).

b) Tributos Diferidos - I. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 01.01.2016	Constituição/ (Reversão)	Saldo em 30.06.2016	Saldo em 30.06.2015
Provisões para contingências	11.570	4.117	15.687	11.307
Cíveis	4.731	1.700	6.431	4.270
Trabalhistas	453	25	478	428
Fiscais	6.386	2.392	8.778	6.609
PDD e provisão de bens não de uso	11.020	14.132	25.152	8.608
Outros	-	-	-	553
Total dos créditos tributários em 30.06.2016 - Nota 11(c)	22.590	18.249	40.839	20.468
Total dos créditos tributários em 30.06.2015	10.565	9.903	20.468	-

⁽¹⁾ Registrado em "Outros créditos diversos" - Nota 8. Em 30.06.2016, o saldo de créditos tributários sobre diferenças temporárias, não reconhecidos à alíquota de 40%, montam a importância de R\$ 6.440 (R\$ 3.574 em 30.06.2015), e decorrem da constituição de PDD Adicional. O efeito da majoração temporária de 5% da alíquota de contribuição social sobre o crédito tributário - Nota 3(m), se reconhecido, montaria em R\$ 4.667. II. Obrigações fiscais diferidas.

	30.06.2016	30.06.2015
Superveniência de depreciação, líquido do crédito tributário oriundo do prejuízo fiscal ocasionado pela exclusão da receita de superveniência de depreciação	187.354	154.046
Atualização de depósitos judiciais	2.544	2.042
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	1.074	3.347
Total - Nota 11(d)	190.972	159.435

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva - A Companhia registra as suas operações de arrendamento e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3f. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, embora resultem na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião - Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado - Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração, apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior - Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 13 de agosto de 2015, sem modificações. São Paulo, 11 de agosto de 2016

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6

J. Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Av. Paulista, 2.100 - São Paulo - SP

CNPJ nº 60.783.503/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis da J. Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda. relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2016, elaboradas de acordo com a legislação em vigor e acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Aprovado pela DIRETORIA. São Paulo, 28 de julho de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO		PASSIVO	
(em milhares de reais)	Notas	30.06.2016	30.06.2015
CIRCULANTE		424.067	305.269
Disponibilidades	3(b) e 4	1.196	1.849
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3(c) e 5	107.530	114.933
Carteira própria		107.530	87.797
Vinculados à prestação de garantias		-	27.136
Outros créditos		315.341	188.487
Negociação e intermediação de valores	3(e) e 6(a)	314.733	188.202
Diversos		608	285
NÃO CIRCULANTE		33.467	6.651
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		33.399	6.614
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3(c) e 5	32.885	5.393
Carteira própria		-	5.393
Vinculados à prestação de garantias		32.885	-
Outros créditos - Diversos	9(b)	514	1.221
IMOBILIZÁVEL DE USO	3(f)	43	-
INTANGÍVEL	3(g)	25	37
TOTAL DO ATIVO		457.534	311.920

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO - NOTA 10

(em milhares de reais)	Capital realizado	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2015	100.285	51.862	4	-	152.151
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	(40)	-	(40)
Lucro líquido do período	-	-	-	7.302	7.302
Destinação:					
Reserva legal	-	365	-	(365)	-
Reserva especial	-	6.937	-	(6.937)	-
Dividendos	-	(45.400)	-	-	(45.400)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	100.285	13.764	(36)	-	114.013
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2016	100.285	18.955	(13)	-	119.227
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	659	-	659
Lucro líquido do período	-	-	-	9.610	9.